



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SECÃO II

ANO XIX — N.º 14

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 21 DE JANEIRO DE 1964

SENADO FEDERAL

ATA DA 20ª REUNIÃO, EM 20
DE JANEIRO DE 1964

1ª SÉSSÃO LEGISLATIVA EX-
TRAORDINÁRIA, DA 5ª LE-
GISLATURA

PRESIDÊNCIA DO SR. JOA-
QUIM PARENTE.

As 15 horas acham-se presen-
tes os Srs. Senadores:

Vivaldo Lima.
Joaquim Parente.
Menezes Pimentel.
Dinarte Mariz.
Argemiro de Figueiredo.
Josaphat Marinho.
Jeffersosn de Aguiar.
Vasconcelos Torres
José Feliciano.
Filinto Müller.
Bezerra Neto.
Irineu Bornhauser. (12)

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o com-
parecimento de 12 Srs. Senadores.
Não há número para abertura da
sessão. Decorrido o prazo regimental
de 30 minutos e perdurando ainda a
falta de "quorum", encerro a pre-
sente reunião, designando para a pró-
xima sessão, a seguinte

ORDEM DO DIA

SESSÃO DE 21 DE JANEIRO
DE 1964

(Terça-feira)

— 1 —

Votação, em turno único, do Projeto
de Decreto Legislativo n.º 29, de
1963 (n.º 23-A, na Casa de origem)
que aprova o Acordo Básico de Co-
operação Técnica entre os Estados
Unidos do Brasil e Israel, concluído
em Recife, em 12 de março de 1962,
tendo Pareceres favoráveis sob nú-
meros 799, 800, 801 e 802, de 1963, das
Comissões: de Constituição e Justiça;
de Relações Exteriores; de Educação
e Cultura e de Finanças.

— 2 —

Votação, em segundo turno, do
Projeto de Lei do Senado n.º 4, de
1960, que autoriza o Poder Executivo
a emitir selos comemorativos do cin-
quentenário da fundação da Prelazia
do "Alto Sollmões", tendo Parecer
n.º 355, de 1963, da Comissão de Re-
dação, oferecendo a redação do ven-
cido em 1º turno.

(Encerra-se a reunião às 15
horas e 5 minutos).

Expediente Despachado

Respostas a pedidos de informa-
ções encaminhados pelo Senado (do
Ministro das Relações Exteriores):

Aviso n.º 51, de 19 de dezembro —
com referência ao Requerimento nú-
mero 1.075-63, do Sr. Senador Vas-
concelos Torres;

Aviso n.º 52, de 19 de dezembro de
— com referência ao Requerimento
n.º 741-63, do Sr. Senador Mem de
Sá

AVISOS

Do Sr. Ministro Presidente do Tri-
bunal de Contas da União, ns 100
e 101, de 17 do mês em curso, nos
seguintes termos:

Aviso n.º 100

Sr. Secretário:

Comunico a V. Ex.º, para os devi-
dos fins, que este Tribunal, tendo
presente o processo originado da
Representação datada de 14 do cor-
rente, da 1ª Diretoria de Fiscalização
Financeira desta Corte, relativo à ta-
bela dos créditos orçamentários atri-
buídos a essa Casa, para o vigente
exercício, no Anexo 2, Subanexo 2.02,
da Lei n.º 4.295, de 16-12-63, resol-
veu, em Sessão de 17 de janeiro ci-
tado, ordenar o registro e a distri-
buição dos créditos constantes da
tabela em apêndice, como foi publica-
do (Diário Oficial de 18-1-1964 —
fls. 325 — 1ª coluna), ante a soli-
citação feita no Processo n.º TC-1.795
de 1964.

Reitero a V. Ex.º os protestos de
elevada estima e distinta considera-
ção. — Vergniaud Wanderley, Minis-
tro-Presidente.

Aviso n.º 101

Sr. Secretário:

Comunico a V. Ex.º, para os devi-
dos fins, que este Tribunal, tendo
presente o processo originado da
Aviso n.º 5, de 10 de janeiro corren-
te, dessa Casa, com a tabela perti-
nente aos créditos consignados no
Orçamento para 1964 — Lei n.º 4.295
de 16-12-63, constantes do Anexo 2
— Poder Legislativo, 2.02 Senado Fe-
deral, resolveu, em sessão de 17 de
janeiro atual, ordenar o registro e a
distribuição dos créditos a que se re-
ferem as tabelas anexas ao referido
processo, como foram elaboradas, com
exclusão dos itens 05 e 19 da Con-
signação 1.1.01, cujo registro foi or-
denado no Processo n.º 1.923-64, na
mesma sessão

Reitero a V. Ex.º os protestos de
elevada estima e distinta considera-
ção. — Vergniaud Wanderley, Minis-
tro-Presidente.

UNIÃO INTERPARLAMENTAR

GRUPO BRASILEIRO

De ordem do Sr. Presidente, con-
voco a Comissão Executiva do Grupo
brasileiro da União Interparlamentar
para uma reunião a realizar-se qua-
rta-feira, dia 22 do corrente, às 17
horas, na sala da Comissão de Trâns-
portes e Obras Públicas da Câmara
dos Deputados. — A. Lazary Guedes,
Secretário-Geral.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO
SR. SENADOR JOSAPHAT MAR-
NHO, NA SÉSSAO DE 13 DE DE-
ZEMBRO DE 1963, QUE SE RE-
PRODUZ POR TER SAÍDO COM
INCORREÇÕES.

O SR. JOSAPHAT MARINHO:

(Sem revisão do orador) — Senhor
Presidente, ao encerrar-se a presente
sessão legislativa, parece-me que ca-
bem algumas observações a respeito
da deformação do diálogo democráti-
co no Brasil.

Nos primeiros dias deste ano, quan-
do aqui nos reunimos, havia uma
expectativa geral de que medidas de
profundidade, de ordem institucional
e econômico-financeiras, poderiam ser
adotadas pelo Poder Legislativo e pe-
lo Poder Executivo.

Nos entendimentos que se desdobra-
vam, verificava-se uma conjuga-
ção de vontades no sentido de que
os órgãos dos poderes políticos pro-
movessem as ações adequadas de ma-
neira que fossem atendidas algumas
das justas solicitações do povo brasi-
leiro. Mas, à medida que os meses
decorreram, apurou-se que um pro-
cesso de deformação prejudicou a
conquista dessas aspirações.

Foram e são vários os sintomas
desse desvio do diálogo democrático
entre nós. A radicalização de posi-
ções, no plano político, confundiu
violência de palavras com clareza de
atitudes. Perdeu-se a justa medida da
discussão dos problemas, converten-
do-se a análise deles numa polêmica
em que a paixão prejudicou a fixação
de soluções planejadas.

Dessa radicalização resultou um ou-
tro fenômeno grave para o desenvol-
vimento de nossa vida política: a in-
tolerância ideológica. Nas trincheiras
em que se colocaram os combatentes
o espírito de intolerância não permiti-

tu que as divergências reunissem os
homens e as correntes para o encon-
tro das fórmulas reclamadas para a
solução dos angustiantes problemas
de ordem social, econômica, financi-
ária e política, que aí estão. Cada gru-
po passou a considerar-se proprietá-
rio exclusivo da verdade. Ninguém
quis reconhecer ao adversário nem
correção, nem sinceridade, nem boa
fé, nem segurança de propósitos. To-
dos se distanciaram como se fosse
possível, num quadro político tão com-
plexo, como o brasileiro, atribuir a
um ou a determinados grupos ape-
nas a solução das imensas dificulda-
des que estamos experimentando. Es-
se irredutibilidade conduziu a que se
reavivasse aquelas divergências de
posição que tanto prejudicaram a vi-
da política brasileira entre 1935 e
o golpe de Estado de 10 de novembro de
1937.

Ainda uma vez, com exagero, passa-
mos a dividir os homens e as corren-
tes políticas entre direita e esquerda.
A intolerância não permitiu que re-
conheçamos a legitimidade do di-
reito dos que, não querendo se situar
em qualquer destas posições, noutra
se colocassem. Extremou-se o enten-
dimento, de tal sorte que os gru-
pos se submetiam ao pensamento de
outros ou a malícia dominaria a in-
terpretação do procedimento de to-
dos. Verificou-se afinal que, dessa
exacerbação, ainda se pretendeu que
as próprias entidades políticas se sub-
mettessem a determinadas correntes de
opinião. Os que se consideraram de-
tentores da verdade no caminho do
progresso, entenderam que os homens
públicos e os órgãos a que pertences-
sem deveriam ser subjugados, subme-
tidos ao pensamento daquelas corren-
tes que defendiam seus propósitos ou
seus pontos de vista. Os que situ-
avam no pensamento conservador, ge-
ralmente chamado de direita, passa-
ram, de outro lado, a cognominar de
extremista ou de comunista quantos
não se situassem na defesa dos privi-
égios dominantes. Quebrou-se, assim,
a liberdade de pensar e de interpre-
tar, própria de uma ordem democrá-
tica legítima. Homem de pensamen-
to socialista que sou e, por isso mes-
mo, defensor de todas as reformas,
não pude entretanto enquadrar-me
nesse sistema de aprisionamento das
ideias e dos políticos. Não me subme-
tei e espero que não haja de subme-
ter-me à tirania de nenhuma das duas
correntes. Não reconheço a nenhum
a prerrogativa de detentora da ver-
dade, defendendo as reformas, volan-
do-as como me parecerem adequa-
das. Acredito, entretanto, que é do
meu dever de militante de uma or-
dem democrática respeitar a posição

dos demais que de mim divirjam. Posso não aceitar as ideias que defendam, as posições que assumam, mas não tenho o direito de generalizar críticas que apresentem todos os adversários das minhas posições como inimigos do progresso ou das transformações necessárias. Até porque entendo que a fixação em sistemas doutrinários nem sempre é a melhor forma para a realização das transformações que operam a felicidade geral dos povos.

O que a experiência vem revelando antes, é que a realidade dos fatos sociais e políticos não se harmoniza com a rigidez dos sistemas políticos e filosóficos.

Num País como o Brasil, particularmente, há que transigir na colocação dos pontos de vista doutrinários, a fim de que os entendimentos necessários sejam extraídas as fórmulas hábeis à conquista das reformas reclamadas.

Dir-se-á que na transigência há sempre perda da substância de um princípio ou da amplitude de uma dada posição. Sem dúvida. Mas também é verdade que, a não ser entre aqueles povos em que ocorrem revoluções sociais de profundidade, não há transformações que se alcancem em tempo razoável e não pela transigência, pelo entendimento das diferentes correntes em que se divide a opinião do País.

Nesse combate não se transige para conquistar posições. Transige-se para encontrar o caminho mais próprio à realização — ainda que parcial — dasquelas reformas consideradas indispensáveis. Nem há inconveniente nesse procedimento:

Também é da história de todos os povos que, quando há caldo de cultura para a revolução violenta, as reformas são alcançadas progressivamente. A própria história do capitalismo, a sua decadência revela que, na medida em que as classes antes consideradas inferiores, galgam posições no plano político, através das concessões dos detentores do privilégio, marcha-se para a transformação da ordem social e econômica. E que uma concessão abre sempre oportunidade a que as classes que lutam possam conquistar novos direitos, novas vantagens, novas prerrogativas.

Sese quer, porém, num país como o Brasil, efetuar as reformas dentro da ordem instituída, mas num impacto, o resultado é o que se está verificando: elas não são alcançadas.

A sensibilidade política, o bom-senso e a sabedoria do homem público recomendam que, em tais situações, o que se deve é transigir para vencer. Não transigindo, ocorrerá o que se está verificando no Brasil: as reformas não se operam. E há mais: não se operam as reformas e se vai restaurando no País um sistema de vida política que parecia desterrado de nossa evolução.

Como o diálogo não se desenvolve regularmente, nem se está desenvolvendo, em torno de princípios e, consequentemente, de maneira imparcial, volta-se, aos poucos, ao caducado diálogo Governo-Oposição.

Nesse diálogo perdem as duas fôrças.

Sacudido pelas críticas da Oposição, o Governo julga-se quase sempre, através de seus componentes ultra-ajado e ofendido. E porque se julga ultra-ajado e ofendido, assume, no debate, a atitude que condena, considerando seus adversários inimigos do regime, portadores de ódio e de paixão: condena-os com a mesma linguagem virulenta que critica.

A oposição por sua vez, repete o erro do Governo: aceita o debate em termos virulentos, numa linguagem

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL
ALBERTO DE BRIO FERREIRA

CHIEF DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILLO FERREIRA ALVES

CHIEF DA SEÇÃO DE EDIÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
em asaística

AUSIBATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARS

Capital e Interior

Semestre	Cr\$ 60,00	Semestre	Cr\$ 39,00
Ano	Cr\$ 96,00	Ano	Cr\$ 76,00
		Exterior	

Ano Cr\$ 136,00 | Ano | Cr\$ 108,00 |

FUNCIONARIOS

Capital e Interior

Semestre	Cr\$ 39,00
Ano	Cr\$ 76,00

Exterior

— Executadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as remessas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos à deem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos à favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes sómente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por mercê do decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

imprópria ao desenvolvimento da vida política. E assim, Governo e Oposição, por impropriedade de métodos perdem autoridade diante da opinião pública.

Num fim de sessão legislativa, devemos ter a lealdade de proclamar esses fatos para no repouso que tivermos meditarmos sobre a necessidade de revisão dos nossos meios e processo de ação, porque, na medida em que no extremamos nesse debate pessoal e pequeno, perdemos mais do que o respeito: perdemos a estima da opinião pública.

Mas como o abismo atrai o abismo ainda se verifica mais: restabelecimento de um diálogo caducado, porque não de princípios entre Governo e Oposição. Vê-se que País sente retornar aos quadros de sua vida política a chamada política dos governadores, tão condenada antes de 1930 pelos males que acarretou à Nação.

Nesse restabelecimento de fórmulas superadas desaparecem os Partidos, sucumbindo ante a ação pessoal de alguns de seus representantes.

Em razão dessa deformação do diálogo democrático, múltiplas consequências se estão vificando em juízo do País.

O Sr. Atílio Fontana — Permite V. Exa. um aparte? (Assentimento do orador) — Nobre Senador, estou ouvindo V. Exa. com toda a atenção. Demonstra V. Exa. uma inteligência lúcida, desenvolvida e focaliza problemas com grande eficiência. Entendo, porém, que a responsabilidade não é apenas dos partidos nem dos governadores mas dos próprios poderes públicos, a um dos quais, aliás, pertencemos. Não podemos culpar o Executivo, os partidos políticos ou mesmo Governadores

pela atual situação. O próprio Legislativo tem grande parcela de responsabilidade. Agora mesmo, nesse fim de sessão legislativa, votaram-se projetos de lei que abrem créditos vultosos sem que se apontem as fontes dos respectivos recursos. Falamos muito em que a inflação vem perturbando a marcha e o desenvolvimento da nação, mas contribuímos para agravá-la. De sorte que como pertencemos ao Poder Legislativo, devíamos ter o firme propósito de contribuir para moralizá-la, porque, de outro modo o próprio Legislativo se desmoraliza e abre um precedente dos mais graves, perdendo a autoridade que tem de criticar os outros poderes. E' o que desejava dizer.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Agradeço ao nobre Senador Atílio Fontana a colaboração das observações que acaba de fazer. Se S. Exa. estivesse presente desde as primeiras palavras que proferi, teria notado que não há qualquer divergência entre as nossas diretrizes.

Efetivamente responsáveis são os órgãos dos poderes políticos em geral, já o disse. Mas, já agora, poderia acrescentar: os órgãos dos poderes e os órgãos representativos das diferentes classes em que se divide a sociedade brasileira.

Todos estão colaborando por omission, por paixão, por incompreensão dos seus deveres, para que daquela deformação do diálogo democrático resultem consequências gravemente prejudiciais ao desenvolvimento do país. A que vem em primeiro lugar, como resultado dessa deformação, é a interpretação fútil das problemáticas nacionais e de suas soluções.

Não há exagero em dizer-se que chegam a um instante da vida po-

lítica em que não é possível colocar-se um problema em debate, sem que imediatamente a sua apreciação seja dominada por parcialidade revoltante. Não se distinguem as idéias; marca-se a origem das iniciativas. Se se trata de um projeto oriundo de órgãos da Oposição, imediatamente entre os do Governo não faltam aqueles que passam a considerar a medida como contrária à política instaurada, prejudicial ao plano de desenvolvimento ou vinculada a determinada tendência prejudicial à ordem democrática.

Se de outro lado, a iniciativa é do Governo, imediatamente setores amplos da Oposição passam a fulminar a impropria, não por sua natureza ou por sua essência, mas pela origem dela.

É uma deformação que prejudica a análise dos problemas, porém, é uma deformação que pode gerar, no País, um movimento de opinião, de rebeldia, de descontentamento, em cuja crista poderão submergir as próprias instituições.

Nem é outra coisa que se está fazendo com as chamadas reformas institucionais e de base. Somos todos, os que exercemos parcela de poder — no Legislativo ou no Executivo — responsáveis pelo não encaminhamento adequado das soluções resumidas. Não há que pensar que a culpa da paralisação das reformas pode ser atribuída apenas ao Governo como também o Governo não se iluda, supondo que transferirá a responsabilidade que lhe cabe aos órgãos da Oposição. Nem pensemos nos outros que, entre as duas forças em contradição, temos posição de independência e que escaparemos de nossa responsabilidade. Todos responderemos perante a grande opinião do País que não nos julga individualmente, mas como membros de corporações do Poder Legislativo ou no Poder Executivo.

Desgraçadamente, não estamos sentindo, na sua profundidade, a extensão do problema. Continuamos a suportar que, identificando determinados reformas com o Chefe do Governo da República ou com alguns de seus representantes, marcaremos como inaceitáveis tais propósitos, perante a opinião do País.

Os órgãos do Poder Executivo, de outro lado, supõem — e como se enganam! — que, falando apenas nos propósitos da Oposição, convencerão o povo de que as reformas não se operam porque seus adversários não as desejam. Ao povo não interessa esse diálogo; ao contrário, o que o povo, através de cada homem livre ou de suas instituições de classe, está observando é o pronunciamento dos órgãos políticos no Legislativo e no Executivo.

E não estamos extrinseco todas as consequências aconselháveis dos fatos que vem ocorrendo no Brasil.

Já se disse que o que caracteriza a transformação do mundo de hoje é um fato novo que não se verificava há algumas décadas: a presença do povo como força atuante e portadora de iniciativa própria.

Os fatos ali estão já nos mostrando de alguns anos a esta data que em várias oportunidades o povo tem chamado a si o poder de agir e de deliberar, forçando a que, em seguida, ejam e deliberam os órgãos próprios do poder político.

Isso, porém, em face de uma boa organização democrática, é a subversão do sistema. Significa que os órgãos do poder político, no Executivo como no Legislativo, estão perdendo a liderança, a capacidade de força

diretoras e orientadoras da opinião. Correm o risco de deixar de ser dirigentes, para serem apenas dirigidos.

Mas, num País como o nosso, sem opinião pública disciplinada ainda, com larga parcela de analfabetos, com imensa população subalimentada, com terríveis problemas decorrentes da inflação e do custo de vida, essa subversão bem está a indicar o que entre nós pode ocorrer. Mas não estamos atentando severamente neste problema. Continuamos a julgar as reformas como medidas do interesse do Governo, ou solicitadas por opinião extramista do País, ou então, como desnecessárias.

Há, em verdade, excessos, há exacerbção na colocação do problema das reformas. Mas os órgãos do poder político devem ter a segurança e a clareza necessárias para enfrentar o exame das soluções aconselháveis. Cabe-lhes repudiar aquelas reformas que não lhes parecem necessárias; cumpre-lhes modificar aquelas que propostas, não lhe pareçam as mais adequadas. Não devem, entretanto, fugir ao dever de examiná-las e de propugnar pelo alcance das soluções que, interessam ou não ao Governo ou a determinada parcialidade, sejam, contudo, necessárias à felicidade do povo e ao desenvolvimento geral do País.

O Sr. Atilio Fontana — Concede-me V. Exa. um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Pois não.

O Sr. Atilio Fontana — Nobre Senador, entendemos que reformas, de certo modo, podem trazer resultados, quando bem estudadas e bem organizadas. Mas não bastam programas de reformas, se os homens que devem executá-las não têm a mentalidade evoluída a fim de fazê-lo, dentro de um planejamento, eficientemente. Nós, no Brasil, lamentavelmente, observamos isto: quase sempre se toma a deliberação de reformar este ou aquele setor administrativo, sem resultado.

Nos últimos anos, foram feitas algumas reformas. No tempo do sistema parlamentarista, por exemplo, foi feita uma reforma estrutural no Ministério da Agricultura. No entanto, a situação continuou a mesma. Nada se modificou. O problema, a meu ver, é mais de homens do que de programas. Não é tão difícil elaborar um programa, nem tão difícil executá-lo. A dificuldade está relacionada com os homens que devem executá-lo. Não adianta votarmos leis que fiquem apenas no papel, como tantas vezes tem acontecido. Este é grande problema.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Sem dúvida. Como salienta o nobre Senador Atilio Fontana, não bastam palavras. Lembro-me, mesmo de que Ortega y Gasset disse, uma vez, que o pensamento é apenas uma dimensão da política; a outra é a atuação.

O que é preciso, evidentemente, é conjugar o bom pensamento político à ação energética, de efetivação das ideias programadas, ou consubstancials em lei. Não creio tanto, como o nobre Senador Atilio Fontana, que o problema seja essencialmente de homens. Homens competentes há, na esfera do Executivo, como na do Legislativo. O que é indispensável que os órgãos funcionem no seu sistema...

O Sr. Atilio Fontana — No seu conjunto, não isolados.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — ... em conjunto, uns exercendo sobre os outros a fiscalização indispensável a que as medidas projetadas ou programadas tenham desdobramento

regular. Não é o que se está verificando no Brasil.

O próprio Poder Legislativo não exerce sobre o Executivo a fiscalização mais adequada. Perde-se em discussões por vêzes mínimas ou na apuração de fatos sem grande repercussão sobre a vida social, política e econômica do País.

Ao invés de enfrentar o Governo, para obrigá-lo a revelar eficiência, o Poder Legislativo por vêzes comete o equívoco de tomar posições que parecem contrárias a medidas de desenvolvimento.

Devemos fazer de nós mesmos esta crítica, para que alcancemos em tempo a correção necessária.

O Sr. Atilio Fontana — Permite V. Exa. um aparte. (Assentimento do orador) — Veja V. Exa., quando se fez aquela intensa campanha para voltar ao regime presidencialista, tudo fazia crer, ou pelo menos se chegou a convencer a opinião pública — e o plebiscito demonstrou — claramente que, voltando-se ao presidencialismo, o problema estaria resolvido. Nós, através das estações de rádio, fizemos palestras a esse respeito, coerentes com a nossa orientação anterior. No plebiscito, a grande maioria do povo brasileiro votou para que o regime voltasse ao presidencialismo, porque estava convencido de que a solução estava na questão do sistema do Governo. Voltamos para o presidencialismo e a situação se agravou mais e continua agravando-se ainda.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Em verdade, foi a fraqueza do Poder Legislativo que criou essa situação. Se no tempo próprio o Poder Legislativo reage e demonstra o que devia fazer, invocando a experiência de quase todos os povos de que um regime por si só, no seu mecanismo obstrutivo, não é bom nem mau, teria demonstrado que não era necessário o retorno ao presidencialismo para que o país tomasse ou retomasse uma linha de trabalho eficiente e de progresso seguro e constante. Faltou porém, a organização firme, vigorosa, programática em que se deveriam corporificar os Partidos políticos. O Governo aproveitando-se da situação formou a opinião do País contra o regime parlamentar e conquistou, pelo plebiscito a reforma que reclamava.

O Sr. José Guiomard — o parlamentarismo não teve defesa de ninguém.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Pois é.

O SR. MÉM DE SÁ — Não houve dinheiro.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Não, Senhor Presidente. Não aceito o aparte do nobre Senador Mém de Sá. Não foi tanto o problema do dinheiro. O que faltou foi ânimo, disposição, entusiasmo nas correntes que defendiam o regime parlamentar, que propugnasse pela sua manutenção. Houve um retrairo generalizado em que, parece, as próprias forças parlamentaristas se convenceram de que era conveniente a restituição do País ao regime presidencial.

O Sr. Mém de Sá — Nesse caso, serei mais explícito desta vez, mas não queria interromper o discurso de V. Exa.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — V. Exa. me interrompe com muito brilho e imenso agrado meu.

O Sr. Mém de Sá — O Poder Legislativo não tem unidade porque o seu natural é estar dividido. O Poder Legislativo não podia tomar a defesa do regime. Caberia aos Partidos, como V. Exa. disse muito bem. Os grandes Partidos não tinham, no caso, a unidade necessária, porque elas

mesmos estavam divididos e, sobretudo, mesmo que o quisessem, — nisso V. Exa. terá que convir comigo — até não teriam como obter as caudais de recursos que ao Executivo foi tão fácil arranjar.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Convenho em que os Partidos políticos e o Poder Legislativo não dispõem das mesmas facilidades do Executivo para o levantamento de recursos para enfrentar o problema. Têm feito, porém, com a mesma disposição com que enfrentam as campanhas políticas.

O Sr. Mém de Sá — Mas não é contra o Governo.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Por vêzes contra os Governos. E' o que se verifica nas campanhas regionais. O que faltou foi entusiasmo, foi convicção de que deveria permanecer o parlamentarismo.

O Sr. Eurico Rezende — Se tivéssemos tipo ânimo e convicção, teríamos perdido por menos a batalha do parlamentarismo; mas o presidencialismo seria realmente restaurado.

O Sr. Aurélio Viana — Senador Josaphat Marinho, o discurso de V. Exa., desde o inicio, posso proclamar, é uma das peças mais importantes, jamais pronunciadas no Senado da República.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Muito obrigado. E' bondade de V. Exa.

O Sr. Aurélio Viana — E' uma análise penetrante, fria, lúcida, objetiva e imparcial que a todos nós vem encantando. Pergunto a mim mesmo por que razão, nos últimos tempos, os candidatos dos Governos perdem eleição. Não são os Governos, no sentido de Executivo, os todo-poderosos. No Rio Grande do Sul, perdeu o candidato do Governador. O Sr. Jânio Quadros não foi candidato do Presidente Juscelino Kubitschek, nem consequentemente, do Partido dominante. Ganhou as eleições. Em quase todos os Estados da Federação, como no caso das Minas Gerais, ganhou o candidato da Oposição. Na Bahia, Estado de V. Exa., não foi propriamente um candidato governista o vitorioso. Mas, aliás, é de analisar da Bahia e vamos para o âmbito federal. Não há Executivo todo-poderoso, neste País, V. Exa. disse muito bem. Faltou ânimo, porque não havia maioria parlamentarista, partidários do Governo parlamentar, na Câmara e no Senado. Fortuitamente, circunstancialmente, oportunisticamente, para sobrevivência dos grupos dominantes, mudou-se o sistema. Mas, não havia maioria entusiástica defensora do sistema parlamentar de governo.

Não havia um partido Parlamentar, não havia pregação parlamentarista no Brasil. Havia mais propaganda republicana no Império do que propaganda parlamentar no sistema presidencial, e as multidões não estavam preparadas porque não sabiam o que significava o regime. O Primeiro Ministro proclamou que o regime em híbrido, e o velho Mangabeira concluiu que o híbrido não produz, não gera, e que portanto, está fadado ao fracasso. Seus defensores não se aproveitaram da vitória, silenciaram e fatalisticamente esperaram o resultado das urnas, que foi aquela que conhecemos. Eles têm razão. Agora prega V. Exa. as reformas, o diálogo, o novo diálogo, o novo diálogo, um diálogo novo entre o Governo e a Oposição, e condena os métodos antiquados, ultrapassados, que não mais devem existir neste País. Eu, se tivesse o poder de observação de V. Exa., estaria pronunciando o discurso que V. Exa. está fazendo, porque o subscrevo. — poderia dizer-lhe — por inteiro, porque está na linha do meu pensamento.

O Sr. Mém de Sá — Todo o Senado o subscreveria, nobre Senador.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — A minha tranquilidade nobre Senador Aurélio Viana, é que eu posso estar proferindo as palavras que, em verdade, deveriam ser ditas por Vossa Excelência.

Mas, de tudo quanto se tem observado, resulta que os erros se vão multiplicando e desses desvios operados não escapam os próprios órgãos de divulgação das idéias e dos debates. Também elas, no tumulto das paixões desencadeadas e das deformações operadas, reduzem o exame dos problemas nacionais a aspectos débiles, por vêzes, a aspectos meramente emocionais.

Quais terão sido, porém, os motivos principais determinantes dessas distorções? São tantos, que não poderei aqui enumerá-los, mas apenas exemplificá-los. Acredito que desse complexo de erros e desvios é em grande parte responsável a estrutura dos atuais Partidos políticos. Não têm disciplina, não têm atuação programática, não têm unidade. Faltam-lhes assim, a substância necessária a que possam operar, no quadro da política do País, com aquelas características, que deveriam ter, de instrumentos de governo.

Há, evidentemente, em todos os partidos, homens representativos, ligados ao programa deles. Há em todos os partidos princípios que são obedecidos às vêzes até ações coordenadas. Há partidos que mantêm a independência de ação.

Não se trata, pois de macular os partidos, individualmente considerados. Trata-se de marcar-lhes a ação como organismos da política do País que funcionam inadequadamente, sem a devida correlação para tirar as consequências necessárias da semelhança dos seus programas, ou para criar o debate, alto e nobre, pés-direitos.

Os partidos se estão perdendo no debate rasteiro de pequeninas discussões sem atentar em que, na medida em que se combatem, se destroem perante seu inimigo. E porque os Partidos não funcionam como instrumentos de Governo como órgãos formadores e diretores da opinião do país, no país não se formam líderes e aí está outra desastrada consequência desses desvios.

Estamos vivendo um período insustentável de transformações que não dependem da vontade do Governo, nem da vontade do Parlamento, nem dos Partidos nem de nada, mas das correntes isoladamente consideradas. E apesar disso não atentamos na necessidade de criar novos meios e processos de ação, inclusive aqueles que produzem a formação de novos líderes.

O Sr. Mém de Sá — O que não existe são líderes.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Mas não é possível numa democracia e num país em transformações de profundidade, como o nosso, que a vida política desenvolva-se regularmente sem que os seus canais se renovem e os chefes de hoje possam ser substituídos, amanhã, por outros em condições de dar seqüência aos princípios firmados de modificá-los ou renová-los segundo as exigências da sociedade.

Esse processo de transformação impõe que nos voltemos para a necessidade de renovação das formas de pensamento e de ação.

Nesse desdobramento, em que tudo o que se modifica se refere à ordem social e econômica, cumpre, entretanto não esquecer que não há progresso real com o sacrifício da liberdade. Mas essa é outra consequência da transformação do diálogo democrático no Brasil. Estamos perdendo

o amor e o respeito à liberdade. Numa como noutra trinchera os combatentes esquecem o dever de preservá-la quando estão em jogo os seus pequenos interesses de grupos.

Precisamos fazer essa autocritica para que não venhamos a sucumbir por efeito dos nossos próprios erros.

O que se está vendo e o que se viu neste ano de 1963 foi um debate (11) se todo ele marcado pela desconfiança entre os homens públicos entre o Poder Executivo e o Legislativo entre os partidos políticos ou entre estes e o Governo.

Não foi possível, no decurso desses longos meses, um diálogo sereno sobrilo embora enérgico, e marcado por princípios. Quando o Governo praticou um exagero, a Oposição respondeu com uma exacerbada. Um e outro perderam quase sempre a autoridade pela virulência de sua linguagem. E em meio a essa deformação, a liberdade foi várias vezes violada. Mas o pior é que se o Governo várias vezes, violentou a liberdade de pensamento e divulgação das ideias a Oposição de outro lado, nem sempre se preocupou na condenação.

Aprendi, entretanto Sr. Presidente e Srs. Senadores. — aprendi em Ruy e com João Mangabeira — que a defesa da liberdade é dever imprescindível do homem público, sem perguntar quando ela é violentada se se trata de corregional adversário ou inimigo.

E aprendi mais, na lição desse octogenário eminent, que é João Manoel Gabeira que uma opinião por si só e por mais absurda que seja pode valer todos os limites do erro, mas não alcança jamais, nenhum dos limites do crime. Mas estamos nas duas trincheiras de combate na do Governo como na da Oposição, descobrindo crimes no exercício da liberdade de pensamento. E' outra forma de mácula a ordem democrática.

Convenhamos, porém, que não é esse o diálogo que interessa ao povo brasileiro. O diálogo da simples discussão entre Governo e Oposição é fenômeno de uma democracia liberal superada e vencida pelas transformações sociais e econômicas do mundo. Esse debate já não tinha sentido quando fizemos a Constituição de 1934. Hoje é velharia recolhida ao arquivo da história política. O que o povo quer e impõe é que nos preocupei com o estudo de seus problemas, com o aumento da produção, com a contenção da inflação, com a redução do aumento crescente do custo de vida, com a multiplicação das ferrovias, com o aperfeiçoamento da educação, com o aumento das rodovias, com o crescimento, enfim, de tudo aquilo que significa progresso, transformação, remodelação e renovação da vida, como forma de criar a felicidade geral. Note-se que acentuo como forma de criar a felicidade geral, e assim acentuo porque entendo que o povo já está cansado das fórmulas criadoras de novos privilé-

gios. O que importa agora é criar a felicidade para todos, dar condições de vida digna à generalidade dos cidadãos.

Esse é o diálogo de atitudes claras que deseja o povo.

Estas palavras não significam, entretanto, pessimismo. Aproveito esta que é uma das últimas reuniões da presente sessão legislativa, para fazer uma autocritica, não apenas das instituições a que pertenco, mas também do que me cabe como membro do Senado Federal. Estou firmemente ciente, contudo, de que, no ano novo prestes a iniciar-se, revistos os nossos erros e exequimados os nossos acertos, marcharemos para novos soluções, reexaminaremos o que não pudemos realizar em 1963 e procuraremos estabelecer o diálogo inteligente e lúcido entre as forças contrapostas, para retirar da divergência a unidade de pensamento que exigir o interesse do País.

Não será impossível fazê-lo. Basta que nos dediquemos inteiramente a este propósito. E, em verdade, somos capazes de fazê-lo.

Conta-se que perguntaram um dia a Solon se havia dado as melhores leis aos atenienses, e ele respondeu com estas palavras: "— Das que podia, as melhores".

Sr. Presidente, é com este espírito de confiança que encerro, também, estas observações. Confio em que, no

fim de 1964, possamos responder que oferecemos à República, das que podemos dar, as melhores leis. (Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas. O orador é efetivamente cumprimentado).

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

Atos da Comissão Diretora

PORTARIA N° 3, de 1964

A Comissão Diretora do Senado Federal,

Tendo em vista a necessidade de submeter a exames psicotécnicos os servidores a serem aproveitados no Quadro Especial, criado pela resolução nº 38, de 1963 e

Atendendo a que a Diretora de Publicações, Glória Fernandina Quintella, psicóloga especializada nesse gênero de pesquisas, autora de trabalhos de valor científico reconhecido no país e no estrangeiro, está em condições excepcionais para dirigir a execução daqueles exames, conforme o fez, brilliantemente, em oportunidade anterior.

Resolve designar para essa missão a referida funcionária.

Senado, Federal, em 8 de janeiro de 1964.

Auro Moura Andrade, Presidente.

MESA

Presidente — Moura Andrade (PSD — SP).
 Vice-Presidente — Nogueira da Gama (PTB — MG).
 Primeiro-Secretário — Rui Palmeira (UDN — AL).
 Segundo-Secretário — Gilberto Marinho (PSD — GB).
 Terceiro-Secretário — Adalberto Sena (PTB — ACRE).
 Quarto-Secretário — Cattete Pinheiro (PTN — PA).
 Primeiro-Suplente — Joaquim Parente — UDN — PI).
 Segundo-Suplente — Guido Mondin (PSD — RS).
 Terceiro-Suplente — Vasconcelos Torres (PTB — RJ).

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD)

1. José Guiomar Acre (em exercício o Suplente, Sr. Miguel Lins) — Maranhão.
2. Eugênio Barros — Maranhão.
3. Lobão da Silveira — Pará.
4. Eugênio Barros — Maranhão.
5. Sebastião Archer — Maranhão.
6. Victorino Freire (em exercício o Suplente, Sr. Miguel Lins) — Maranhão.
7. Sigefredo Pacheco — Piauí.
8. Menezes Pimentel (em exercício o Suplente, Sr. Waldemar de Alcântara).
9. Wilson Gonçalves — Ceará.
10. Walfredo Gurgel — Rio Grande do Norte.
11. Ruy Carneiro — Paraíba.
12. Lélio Neto — Sergipe.
13. Antônio Balbino — Bahia.
14. Jefferson de Aguiar — Espírito Santo.
15. Gilberto Marinho — Guanabara.
16. Moura Andrade — São Paulo.
17. Atílio Fontana — Santa Catarina.
18. Guido Mondin — R. G. Sul.
19. Benedicto Valadares — Minas Gerais.
20. Filinto Müller.
21. José Feliciano — Goiás.
22. Juscelino Kubitschek — Goiás.
23. Pedro Ludovico — Goiás.

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB)

1. Adalberto Sena — Acre.
2. Oscar Passos — Acre.
3. Vivaldo Lima — Amazonas.
4. Edmundo Levi — Amazonas.
5. Artur Virgílio — Amazonas.
6. Antônio Juca — Ceará.
7. Dix-Huit Rosado — Rio Grande do Norte.
8. Argemiro de Figueiredo — Paraíba.
9. Barros Carvalho — Pernambuco.
10. Pessoa de Quirino — Pernambuco.
11. José Ermírio — Pernambuco.

SENADO FEDERAL

12. Silvestre Pericles — Alagoas.	Partido Libertador (P. L.)	3
13. Vasconcelos Torres — Rio de Janeiro.	Partido Trabalhista Nacional (P. T. N.)	2
14. Nelson Maculan (Licenciado sem substituição) — Paraná.	Partido Social Progressista (P. S. P.)	2
15. Amaury Silva — Pará (em exercício o suplente, Sr. Mário Braga).	Partido Socialista Brasileiro (P. S. B.)	1
16. Nogueira da Gama — Minas Gerais.	Partido Republicano (P. R.)	1
1. Zecaarias de Assunção — Pará.	Partido Democrata Cristão (P. D. C.)	1
2. Joaquim Parente — Piauí.	Movimento Trabalhista Renovador (M. T. R.)	1
3. José Cândido — Piauí.		64
4. Dinarte Mariz — R. G. Norte.	Sem legenda	2
5. João Agripino — Paraíba.	Total	68
6. Rui Palmeira — Alagoas.		
7. Eurico Rezende — Espírito Santo.		
8. Afonso Arinos — Guanabara.		
17. Bezerra Neto.		

UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL (UDN)

9. Padre Calazans — São Paulo.
10. Adolpho Franco — Paraná.
11. Irineu Bornhausen — Santa Catarina.
12. Antônio Carlos — Santa Catarina.
13. Daniel Krieger — Rio Grande do Sul.
14. Milton Campos — Minas Gerais.
15. Lopes da Costa — Mato Grosso.

PARTIDO LIBERTADOR (PL)

1. Aloysio de Carvalho — Bahia.
2. Mem de Sá — Rio Grande do Sul

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN)

1. Cattete Pinheiro — Paraíba.
2. Lauro de Matos — S. P.

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP)

1. Raul Giuberti — Espírito Santo.
2. Miguel Cervi — Rio de Janeiro

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB)

1. Aurélio Viana — Guanabara.

MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR)

1. Aarão Steinbruch — Rio de Janeiro.

PARTIDO REPUBLICANO (PR)

1. Júlio Letti — Sergipe.

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC)

1. Arnon de Melo — Alagoas

SEM LEGENDA

1. Josaphat Marinho — Bahia.

2. Heribaldo Vieira — Sergipe.

RESUMO

Partido Social Democrata (P. S. D.)	
Partido Trabalhista Brasileiro (P. T. B.)	17
União Democrática Nacional (U. D. N.)	15

Walfredo Gurgel — (RG).

PTB

Líder:

Artur Virgílio — (AM).

Vice-Líderes:

Amauri Silva (Licenciado) — (PR).

Vivaldo Lima — (AM).

Bezerra Neto — (MD).

UDN

Líder:

Daniel Krieger — (RS).

Vice-Líderes:

Eurico Rezende — (ES).

Padre Calazans — (SP).

Adolfo Franco — (PR).

PL

Líder:

Mem de Sá — (RS).

Vice-Líderes:

Aloysio de Carvalho — (BA).

PTN

Líder:

Lino de Matos — (SP).

Vice-Líderes:

Cattete Pinheiro — (PA).

PSP

Líder:

Miguel Couto — (RJ).

Vice-Líder:

Raul Giuberti — (ES).

COMISSÕES PERMANENTES

Comissão Directora

Moura Andrade — Presidente (PSD).

Nogueira da Gama — (PTB).

Adalberto Sena — (PTB).

Rui Palmeira — (UDN).

Gilberto Marinho — (PSD).

Joaquim Parente — (UDN).

Cattete Pinheiro — (PTN).

Guido Mondin — (PSD).

Vasconcelos Torres — (PTB).

Reuniões Quartas-feiras às 16 horas.

Secretário: Evandro Mendoes Viana.

Diretor-Geral.

Comissão de Agricultura

(7 MEMBROS)

Presidente — Vago.

Vice-Presidente — Eugênio Barros (PSD).

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Eugenio Barros.

José Feliciano

SUPLENTES

1. Atílio Fontana.

2. Pedro Ludovico.

P. I. B.

TITULARES

Raul Giuberti.

Dix-Huit Rosado.

Nelson Maculan (Licenciado).

SUPLENTES

1. Eduardi Catalão (**).

2. Aarão Steinbruch.

3. Vago.

U. D. N.

TITULARES

Lopes da Costa.

Antonio Jucá.

SUPLENTES

1. Daniel Krieger.

2. João Agripino.

SUBSTITUTOS

Reuniões

Quartas-feiras, às 16 horas.

Secretário: J. Ney Passos Dantas
Auxiliar Legislativo PL-9.

Comissão de Constituição e Justiça

(11 MEMBROS)

Presidente — Milton Campos (UDN)
Vice-Presidente — Wilson Gonçalves (PSD)

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Jefferson de Aguiar.

Rui Carneiro.

Lobão da Silva.

Wilson Gonçalves.

Josaphat Marinho

SUPLENTES

1. Menezes Pimentel (licenciado).

2. Leite Neto.

3. Benedicto Valladares.

4. Aarão Steinbruch.

P. T. B.

TITULARES

Amaury Silva (licenciado).

Bezerra Neto.

Edmundo Levi.

SUPLENTES

1. Argemiro de Figueiredo (**).

2. Silvestre Péricles.

3. Melo Braga.

U. D. N.

TITULARES

Aloysio de Carvalho.

Milton Campos.

4. Afonso Arinos.

5. Daniel Krieger.

6. João Agripino.

Reuniões

Quarta-feira, às 16 horas.

Secretário: Ronaldo Ferreira Dias
Oficial Legislativo PL-8.

(*) Em substituição do Senhor Nelson Maculan como titular.

(**) Em substituição do Senhor Amaury Silva, como titular.

Comissão do Distrito Federal

(7 MEMBROS)

Presidente — Lino de Matos.

Vice-Presidente — Pedro Ludovico

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Menezes Pimentel.

Pedro Ludovico.

Lino de Matos.

SUPLENTES

1. Filinto Müller.

2. Eugenio Barros.

3. Heribaldo Vieira.

P. T. B.

TITULARES

Oscar Passos.

Dix-Huit Rosado.

SUPLENTES

1. Aarão Steinbruch.

2. Antonio Jucá.

U. D. N.

TITULARES

Dinarte Mariz.

Eurico Rezende.

SUPLENTES

1. Lopes da Costa.

1. Zacharias de Assunção.

Reuniões

Quintas-feiras às 10 horas.

Secretário: Julieta Ribeiro dos Santos, Oficial Legislativo PL-8.

Comissão de Economia

(9 MEMBROS)

Presidente — Filinto Müller (PSD)

Vice-Presidente — José Ermírio — (PTB)

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Filinto Müller.

Eugenio Barros.

Atílio Fontana.

José Guimard (licenciado)

SUPLENTES

1. Jefferson de Aguiar (*).

2. Sigefredo Pacheco.

3. Sebastião Archer.

4. Josaphat Marinho.

5. José Kairala

P. T. B.

SUBSTITUTOS

TITULARES

José Ermírio

Nelson Maculan (licenciado)

Júlio Leite

SUPLENTES

1. Oscar Passos (**).

2. Bezerra Neto

TITULARES

(*) — Em substituição ao Senhor José Guimard, como titular.

(**) — Em substituição ao Senhor Nelson Maculan, como titular.

SUBSTITUTOS

2. ... A. Indier

1. Melo Braga

U. D. N.

TITULARES

Adolfo Franco

Lopes da Costa

SUPLENTES

1. José Caídic.

2. Zacharias de Assunção

Reuniões terça-feira — 16,00 horas

Secretário: Cid Brugger, Auxiliar

Legislativo PL-10

P. T. B.

TITULARES

Argemiro de Figueiredo.

Bezerra Neto.

Dix-Huit Rosado.

Pessoa de Queiroz.

José Ermírio.

SUPLENTES

1. Nelson Maculan (licenciado).

2. Lino de Matos.

3. Amaury Silva (licenciado).

4. Aurélio Vianna.

5. Antônio Jucá.

SUBSTITUTOS

1. Edmundo Levi.

2. Melo Braga.

U. D. N.

TITULARES

Daniel Krieger.

Dinarte Mariz.

Irineu Bornhausen.

Lopes da Costa.

SUPLENTES

1. Adolfo Franco.

2. Eurico Rezende.

3. João Agripino.

4. Milton Campos.

PL

TITULARES

Mem de Sá.

SUPLENTES

1. Aloysio de Carvalho.

Reuniões: 4^{as} feiras — 10,00 horas

Secretário: Cid Brugger, Auxiliar

Legislativo, PL-10.

Comissão de Legislação Social

(9 MEMBROS)

Presidente: Vivaldo Lima — PTB.
Vice-Presidente: Ruy Carneiro — (PSD).

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Ruy Carneiro.

Walfredo Gurgel.

José Guimard (licenciado).

Raul Giubert.

SUPLENTES

1. Leite Neto (*).

2. Lobão da Silveira.

3. Eugênio T. Ros.

4. Júlio Leite.

SUBSTITUTOS

1. Atilio Fontana.

2. José Kairala.

P. T. B.

TITULARES

Amaury Silva (licenciado).

Hercílio Maia.

Vivaldo Lima.

SUPLENTES

1. Aurélio Vianna (**).

2. Pessoa de Queiroz.

3. Antônio Jucá.

TITULARES

(*) — Em substituição ao Senhor José Guimard como titular.

(**) — Em substituição ao Senhor Nelson Maculan como titular.

(**) — Em substituição ao Senhor Amaury Silva como titular.

SUBSTITUTOS

1. Melo Braga
U. D. N.
TITULARES
Eurico Rezende
Antônio Carlos
1. Lopes da Costa
4. Zacarias de Assunção
Reuniões: 4. s. feiras às 10 horas.
SUPLENTES
Secretário: Vera de Alvarenga Ma-
fra, Oficial Legislativo, PL-7.

Comissão
do Polígono das Sêcas
(7 MEMBROS)

Presidente — Ruy Carneiro (PSD)
Vice-Presidente — Aurélio Viana-
(PSD)

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Wilton Gonçalves
Ruy Carneiro

SUPLENTES

1. Sigefredo Pacheco
2. Leite Neto

TITULARES

Dix-Huit Rosado
Aurélio Viana

SUPLENTES

4. Argemiro de Figueiredo
2. Aron de Melo
3. Júlio Leite

U. D. N.

TITULARES

Dinarte Mariz
José Cândido

SUPLENTES

1. João Agripino
2. Lopes da Costa
Reuniões: 5. s. feiras — 16 horas.
Secretário: Ney Passos Dantas
Auxiliar Legislativo, PL-9.

Comissão de Redação
(6 MEMBROS)

Presidente — Dix-Huit Rosado
(PTB).
Vice-Presidente — Padre Calazans

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Wairredo Gurgel
Sebastião Archer

SUPLENTES

1. Lobão da Silveira.
2. José Feliciano.

SUBSTITUTOS

1. Menezes Pimentel (licenciado).
P. T. B.

TITULARES

Dix-Huit Rosado.
SUPLENTES

Heribaldo Vieira.
U. D. N.

TITULARES

Padre Calazans.
Júlio Leite.

SUPLENTES

1. João Agripino.
2. Josephat Marinho.

Reuniões: 4. s. feiras às 16 horas.
Secretário: Sarah Abrahão, Oficial

Legislativo, PL-8.

Comissão
de Relações Exteriores

(11 MEMBROS)

Presidente — Jefferson de Aguiar
(PSD).

Vice-Presidente — Passos de Quei-
roz (PTB).

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Benedito Valladares.

Filinto Müller.

Jefferson de Aguiar.

Aarão Steinbruch.

SUPLENTES

1. Menezes Pimentel.
2. Ruy Carneiro.
3. José Guiomard (licenciado).
4. Victorino Freire.

SUBSTITUTOS

1. José Kairala.

P. F. B.

TITULARES

Pessoa de Queiroz.

Vivaldo Lima.

Eduardo Catalão.

SUPLENTES

1. Oscar Passos.
2. Argemiro de Figueiredo.
3. Antônio Jucá.

U. D. N.

TITULARES

Antônio Carlos.

José Cândido.

Padre Calazans.

Arnon de Melo.

SUPLENTES

1. Daniel Krieger.
2. Eurico Rezende.
3. João Agripino.
4. Mem de Sá.

Reuniões: 5. s. feiras — 16 horas.

Secretário: Castejon J. B. Branco.
Oficial Legislativo, PL-8.

Comissão de Saúde

(15 MEMBROS)

Presidente — Lopes da Costa —
UDN.

Vice-Presidente — Dix-Huit Rosado
(PTB).

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Pedro Ludovico
Sigefredo Pacheco

SUPLENTES

1. Eugenio Bastos
2. Walfredo Gurgel

P. T. B.

TITULARES

Dix-Huit Rosado
Suplentes

Antônio Jucá

U. D. N.

SUPLENTES

Lopes da Costa

SUPLENTE

Padre Calazans

SUPLENTE

Raul Gilberti

Reuniões: Quintas-feiras — 16 ho-
ras).

Secretário: Eduardo Rui Barbosa
Auxiliar Legislativo PL-10.

Comissão
de Segurança Nacional

(7 MEMBROS)

Presidente — Zacarias de Assunção
(UDN).

Vice-Presidente — Silvestre Pér-
ciles (PTB).

COMPOSIÇÃO

PSD

TITULARES

José Guiomard (licenciado)
Victorino Freire

SUPLENTES

1. Ruy Carneiro
1. Atilio Fontana (*)

SUBSTITUTO

2. José Kairala

P. I. B.

TITULARES

Silvestre Périles
Oscar Passos

SUPLENTES

1. Dix-Huit Rosado
2. Vago.

U. D. N.

TITULARES

Irineu Bornhausen
Zacharias de Assumpção

SUPLENTES

1. Adolfo Franco.
2. Eurico Resende

P. S. P.

TITULAR

Raul Gilberti

SUPLENTE

1. Miguel Couto

Reuniões: Quintas-feiras — (16 ho-
ras).

Secretário: Alexandre Pfaender,
Oficial Legislativo PL-8.

(*) — Em substituição ao Sr. José
Guilomard, como titular.

Comissão
de Serviço Público CIVIL

(7 MEMBROS)

Presidente — Silvestre Périles
(PTB).

Vice-Presidente — Leite Neto (PSD).

COMPOSIÇÃO

PSD

TITULARES

Leite Neto
Sigefredo Pacheco

SUPLENTES

1. Victorino Freire
2. Benedito Valladares

PTB

TITULARES

Silvestre Périles
Nelson Maculan (licenciado)

SUPLENTE

1. Edmundo Levi
2. Vago

UDN

TITULARES

Antônio Carlos

Prorrogações:

Antonio Carlos
Padre Calazans

SUPLENTES

1. Dinarte Marins
2. Lopes da Costa

PL

TITULAR

Aloysio de Carvalho

SUPLENTE

Mem de Sá

Reuniões: Terças-feiras — 16,00 ho-
ras.

Secretário: J. Ney Passos Dantas.
Auxiliar Legislativo, PL-9.

Comissão de Transportes, Co-
municações e Obras Públicas

(5 MEMBROS)

Presidente José Feliciano (PSD).
Vice-Presidente — Irineu Bornhau-
sen (UDN).

PSD

TITULARES

José Feliciano
Sebastião Archer

SUPLENTES

1. Jefferson de Aguiar
2. Filinto Müller

PTB

TITULARES

Sezerra Neto
Lino de Matos

SUPLENTE

1. Silvestre Périles

UDN

TITULAR

Irineu Bornhausen

SUPLENTE

Zacharias de Assunção.

Reuniões: Quartas-feiras — 16,00
horas.

Secretário: Alexandre Pfaender,
Oficial Legislativo, PL-8.

Comissão Especial do Projeto
de Emenda à Constituição
nº 2, de 1961.

Dispõe sobre: Altera os arti-
gos 26, 56, 58, 60, 110 e o para-
grafo único do art. 112 da Cons-
tituição Federal.

— organização administrativa
do Distrito Federal;

— vencimentos dos desembar-
gadores do Tribunal de Justiça
do Distrito Federal;

— regime de rendas do Distri-
to Federal;

— composição da Câmara dos
Deputados e do Senado Federal
e do Tribunal Superior Eleitoral;

— processo de escolha do Pres-
idente e do Vice-Presidente do
Tribunal Regional Eleitoral do
Distrito Federal;

— aplicação da cota do imó-
vel de renda e tina da aos Munici-
pios;

Eleita em 15-6-1961, com exceção
dos Srs. Senadores:

Barros Carvalho — designado em
30-2-1962.

Nelson Maculan — designado em
15-5-1963.

Lobão da Silveira — designado em
23-4-1963.

Lopes da Costa — designado em
29-10-1962.

SUPLENTE

Até 14-12-1962 — Requerimento número 611-61, aprovado em 15-12-61.
Até 15-12-1963 — Requerimento número 778-62, aprovado em 12-12-62.

Membros — Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar — Relator — PSD.
- 2 Lobão da Silveira — PSD.
- 3 Ruy Carneiro — PSD.
- 4 Benedicto Valladares — PSD.
- 5 Wilson Gonçalves — PSD.
- 6 Nelson Maculan — PTB.
- 7 Silvestre Pericles — PTB.
- 8 Nogueira da Gama — PTB.
- 9 Barros Carvalho — PTB.
- 10 Daniel Krieger — UDN.
- 11 Lopes da Costa — UDN.
- 12 Milton Campos — Vice-Presidente — UDN.
- 13 Heribaldo Vieira — UDN.
- 14 Ruy Palmeira — UDN.
- 15 Aloysio de Carvalho — PL.
- 16 Mem de Sá — PL.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1961.

Altera o § 1º do art. 181 da Constituição Federal.

(Aposentadoria do funcionário aos trinta anos de serviço).

Eleito em 21-5-62, salvo os Srs. Senadores:

Lobão da Silveira
Wilson Gonçalves e
Amaury Silva, designado em 23 de abril de 1963.

Prorrogações:

Até 15-12-1962 — Requerimento número 610-61 aprovado em 14-12-1961.

Até 15-12-1963 — Requerimento número 798-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Membros — Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar — PSD.
- 2 Lobão da Silveira — Relator — PSD.
- 3 Ruy Carneiro — PSD.
- 4 Benedicto Valladares — PSD.
- 5 Wilson Gonçalves — PSD.
- 6 Silvestre Pericles — Relator — PTB.
- 7 Amaury Silva — PTB.
- 8 G. N. 24-8-63 (S 1) pág 2 132
- 9 Nogueira da Gama — PTB
- 10 Barros Carvalho — PTB.
- 11 Daniel Krieger — UDN.
- 12 Lopes da Costa — UDN.
- 13 Milton Campos — UDN.
- 14 Ruy Palmeira — UDN.
- 15 Heribaldo Vieira — UDN.
- 16 Aloysio de Carvalho — Presidente — PL.
- 17 Mem de Sá — PL.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 4, de 1961.

Da nova redação ao item II do art. 85 da Constituição Federal.

Irredutibilidade dos vencimentos dos juízes).

Eleita em 27-6-61, salvo os Srs. Senadores:

Lopes da Costa, designado em 29 de outubro de 1962;

Lobão da Silveira, designado em 23 de abril de 1963;

Bezerra Neto, designado em 23 de abril de 1963.

Prorrogações:

Até 15-12-1962 — Requerimento número 609-61 aprovado em 14-12-61.

Até 15-12-63 — Requerimento número 779-62, aprovado em 12-12-62.

Membros — Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar — PSD.
- 2 Lobão da Silveira — PSD.
- 3 Ruy Carneiro — PSD.
- 4 Benedicto Valladares — PSD.
- 5 Wilson Gonçalves — PSD.
- 6 Silvestre Pericles — PTB.
- 7 Bezerra Neto — PTB.
- 8 Nogueira da Gama — PTB.
- 9 Barros Carvalho — PTB.
- 10 Daniel Krieger — UDN.
- 11 Lopes da Costa — UDN.
- 12 Milton Campos — Vice-Presidente — UDN.
- 13 Heribaldo Vieira — UDN.
- 14 Ruy Palmeira — UDN.
- 15 Aloysio de Carvalho — PL.
- 16 Mem de Sá — PL.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7 de 1961.

Da nova redação ao art. 65, item 4 da Constituição Federal.

(Dispõe sobre as matérias da competência privativa do Senado incluindo-as de propor a exoneração dos Chefes de missão diplomática de caráter permanente e aprovar o estabelecimento, rompimento e reatamento de relações diplomáticas com países estrangeiros)

Eleita em 4 de outubro de 1961, salvo os Srs. Senadores:

Guido Mondin — designado em 29 de outubro de 1962;

Vivaldo Lima — designado em 30 de março de 1962;

Ruy Carneiro — designado em 23 de abril de 1963;

Wilson Gonçalves — designado em 23 de abril de 1963;

Eurico Rezende — designado em 25 de abril de 1963;

Pinto Ferreira — designado em 20 de abril de 1963;

Amaury Silva — designado em 28 de abril de 1963;

Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 — Requerimento nº 7-61 aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 16 de dezembro de 1963 — Requerimento nº 780-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Membros — Partidos

- 1 Menezes Pimentel — PSD
- 2 Wilson Gonçalves — PSD
- 3 Lobão da Silveira — PSD
- 4 Ruy Carneiro — PSD
- 5 Guido Mondin — PSD
- 6 Silvestre Pericles — PSD
- 7 Vivaldo Lima — PTB
- 8 Amaury Silva — PTB
- 9 Pinto Ferreira — PTB
- 10 Eurico Rezende — UDN
- 11 Daniel Krieger — UDN
- 12 Milton Campos — UDN
- 13 Heribaldo Vieira — UDN
- 14 Lopes da Costa — UDN
- 15 Aloysio de Carvalho — PL
- 16 Lino de Matos — PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 8, de 1961.

Acrescenta termo ao art. 3º do Capítulo II — Presidente da República — da Emenda Constitucional nº 4 de 1961 que institui o sistema parlamentar de governo (Sobre a exoneração por proposta do Senado do chefe de missão diplomática de caráter permanente).

Eleita em 5 de outubro de 1961, salvo os Srs. Senadores:

Vivaldo Lima — Designado em 30 de março de 1962;

Guido Mondin — Designado em 30 de outubro de 1962;

Jefferson de Aguiar — Designado em 23 de abril de 1963;

Ruy Carneiro — Designado em 29 de abril de 1963;

Eurico Rezende — Designado em 23 de abril de 1963;

Pinto Ferreira — Designado em 23 de abril de 1963;

Bezerra Neto — Designado em 23 de abril de 1962.

Amaury Silva — Designado em 23 de abril de 1962.

Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 — Requerimento nº 608-61 aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 15 de dezembro de 1963 — Requerimento nº 781-62 aprovado em 3 de dezembro de 1962.

Membros — Partidos

- 1 Menezes Pimentel — PSD
- 2 Ruy Carneiro — PSD
- 3 Lobão da Silveira — PSD
- 4 Jefferson de Aguiar — PSD
- 5 Guido Mondin — PSD
- 6 Pinto Ferreira — PTB
- 7 Bezerra Neto — PTB
- 8 Araury Silva — TB
- 9 Vivaldo Lima — PTB
- 10 Daniel Krieger — UDN
- 11 Eurico Rezende — UDN
- 12 Milton Campos — UDN
- 13 Heribaldo Vieira — UDN
- 14 Lopes da Costa — UDN
- 15 Aloysio de Carvalho — PL
- 16 Lino de Matos — PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 10, de 1961.

Acrescenta parágrafo ao art. 18 da Constituição Federal (aplicação da parcela proveniente das cotas de impostos destinadas aos Municípios).

Eleita em 28.2.1962, salvo os Srs. Senadores:

Lopes da Costa — designado em 30.3.1962;

Guido Mondin — designado em 29.10.1962;

Wilson Gonçalves — designado em 23.4.1963;

Eurico Rezende — designado em 23.4.1963;

João Agripino — designado em 23.4.1963;

Silvestre Pericles — designado em 23.4.1963;

Cattete Pinheiro — designado em 23.4.1963.

Senadores — Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar — PSD
- 2 Wilson Gonçalves — PSD
- 3 Ruy Carneiro — PSD
- 4 Lobão da Silveira — PSD
- 5 Guido Mondin — PSD
- 6 Silvestre Pericles — PTB
- 7 Nogueira da Gama — PTB
- 8 Barros Carvalho — PTB
- 9 Vág — PTB
- 10 Milton Campos — UDN
- 11 Heribaldo Vieira — UDN
- 12 Lopes da Costa — UDN
- 13 João Agripino — UDN
- 14 Eurico Rezende — UDN
- 15 Joséphat Marinho — S/legenda
- 16 Lino de Matos — PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 11, de 1963.

Acrescenta dispositivo ao artigo 15 revoga o item V e o § 5º do artigo 19 substitui o § 5º do artigo 19 e o art. 22 da Constituição

(Modifica o regime de discriminação de rendas).

Eleita em 20 de novembro de 1961 salvo os Srs. Senadores:

Barros Carvalho — Designado em 30 de março de 1962;

Guido Mondin — Designado em 19 de outubro de 1962;

Jefferson de Aguiar — Designado em 28 de abril de 1963;

Ruy Carneiro — Designado em 23 de abril de 1963;

Eurico Rezende — Designado em 23 de abril de 1963;

Amaury Silva — Designado em 23 de abril de 1963;

Bezerra Neto — Designado em 23 de abril de 1963;

Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 — Requerimento nº 605-61 aprovado em 14 de dezembro de 1961;

Até 15 de dezembro de 1963 — Requerimento nº 782-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Membros — Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar — PSD
- 2 Menezes Pimentel — PSD
- 3 Flávio Müller — PSD
- 4 Guido Mondin — PSD
- 5 Ruy Carneiro — PSD
- 6 Amaury Silva — PTB
- 7 Barros Carvalho — PTB
- 8 Argemiro Figueiredo — PTB
- 9 Bezerra Neto — PTB
- 10 Daniel Krieger — UDN
- 11 Eurico Rezende — UDN
- 12 Milton Campos — UDN
- 13 Heribaldo Vieira — UDN
- 14 Lopes da Costa — UDN
- 15 Aloysio de Carvalho — PL
- 16 Lino de Matos — PTN.

Prorrogação:

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 84-62, aprovado em 12-12-62.

Membros — Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar — PSD
- 2 Wilson Gonçalves — PSD
- 3 Ruy Carneiro — PSD
- 4 Lobão da Silveira — PSD
- 5 Guido Mondin — PSD
- 6 Silvestre Pericles — PTB
- 7 Nogueira da Gama — PTB
- 8 Barros Carvalho — PTB
- 9 Milton Campos — UDN
- 10 Heribaldo Vieira — UDN
- 11 Eurico Rezende — UDN
- 12 João Agripino — UDN
- 13 Lopes da Costa — UDN
- 14 Aloysio de Carvalho — PL
- 15 Miguel Couto — PSP
- 16 Cattete Pinheiro — PTN

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 1, de 1962.

(Altera a redação do art. 186 da Constituição, referente a obrigatoriedade de concurso para a investidura em cargo inicial da carteira, instituindo a proibição de nomeações interinas).

Eleita em 10-5-1962, salvo os Srs. Senadores:

Menezes Pimentel — designado em 15-5-1962;

Wilson Gonçalves — designado em 13-4-1963;

Leite Neto — designado em 13-4-1963;

Eurico Rezende — designado em 13-4-1963;

João Agripino — designado em 13-4-1963;

Aurélio Vianna — designado em 13-4-1963.

Prorrogação:

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 785-62, aprovado em 12-12-1963.

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD
- Wilson Gonçalves — PSD
- Ruy Carneiro — PSD
- Lobão da Silveira — PSD
- Leite Neto — PSD
- Menezes Pimentel — PSD
- Silvestre Géricles — PTB
- Nogueira da Gama — PTB
- Barros Carvalho — PTB
- Milton Campos — UDN
- Heribaldo Vieira — UDN
- Eurico Rezende — UDN
- João Agripino — UDN
- Daniel Krieger — UDN
- Aloysio de Carvalho — PL
- Aurélio Vianna — PSB

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 2, de 1962.

Institui nova discriminação de rendas em favor dos Municípios brasileiros).

Eleita em 23-5-1962, salvo os Srs. Senadores:

Wilson Gonçalves — designado em 13-4-1963;

Leite Neto — designado em 13-4-1963;

Josaphat Marinho — designado em 13-4-1963;

Eurico Rezende — designado em 13-4-1963;

Prorrogação:

Até 15-12-1962 — Requerimento nº 706-62, aprovado em 12-12-1962.

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD
- Wilson Gonçalves — PSD
- Ruy Carneiro — PSD
- Lobão da Silveira — PSD

- Leite Neto — PSD
- Menezes Pimentel — PSD
- Silvestre Géricles — PTB
- Nogueira da Gama — PTB
- Barros Carvalho — PTB
- Milton Campos — UDN
- Heribaldo Vieira — UDN
- Josaphat Marinho — UDN
- Eurico Rezende — UDN
- Daniel Krieger — UDN
- Aloysio de Carvalho — PL
- Eduardo de Mattos — PTN

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 8, de 1963

(Originário da Câmara dos Deputados)

Que dá nova redação ao § 1º do art. 28 da Constituição Federal (autonomia dos Municípios).

Designação em 22 de outubro de 1963.

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD
- Ruy Carneiro — PSD
- Wilson Gonçalves — PSD
- José Feliciano — PSD
- Lobão da Silveira — PSD
- Bezerra Neto — PTB
- Edmundo Levy — PTB
- Argemiro de Figueiredo — PTB
- Melo Braga — PTB
- Milton Campos Presidente — UDN
- Aloysio de Carvalho — UDN
- Afonso Arinos — UDN
- Eurico Rezende — UDN
- Josaphat Marinho (Relator) — Pequenas Representações
- Aurélio Vianna — Pequenas Representações
- Júlio Leite (Vice-Presidente) — Pequenas Representações

Comissão Especial para estudar a situação da Casa da Moeda.

(7 MEMBROS)

Criada em virtude da aprovação do Requerimento nº 361-63 do Sen. Jefferson de Aguiar, a sessão de 14-8-63.

Designação em 28-8-1963

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD
- Wilson Gonçalves — PSD
- Arthur Virgílio — PTB
- Edmundo Levy — PTB
- Adolpho Franco — UDN
- Eurico Rezende (Vice-Presidente) — UDN
- Josaphat Marinho — S/legenda

Comissão Especial para o estudo das causas que dificultam a produção agro-pecuária e suas repercussões negativas na exportação.

(Criada em virtude do Requerimento nº 569-63, do Sr. Senador José Ermírio, aprovado na sessão de 2-8-1963).

(5 MEMBROS)

Membros — Partidos

- José Feliciano — PSD
- Sigefredo Pacheco (Vice-Presidente) — PSD
- José Ermírio (Presidente) — PTB
- Lopes da Costa — UDN
- Aurélio Vianna (Relator) — Pequenos Partidos.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1962.

(Dispõe sobre a data do plebiscito previsto na Emenda Constitucional nº 4).

Eleita em 10-7-1962, salvo os Srs. Senadores:

Wilson Gonçalves
Leite Neto
João Agripino
Eurico Rezende e
Josaphat Marinho (designado em 23-4-1963).

Prorrogação:

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 787-62, aprovado em 12-12-1962.

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD
- Wilson Gonçalves — PSD
- Ruy Carneiro — PSD
- Lobão da Silveira — PSD
- Menezes Pimentel — PSD
- Leite Neto — PSD
- Silvestre Géricles — PTB
- Nogueira da Gama — PTB
- Barros Carvalho — PTB
- Milton Campos — UDN
- Heribaldo Vieira — UDN
- João Agripino — UDN
- Eurico Rezende — UDN
- Daniel Krieger — UDN
- Mem de Sá — PL
- Josaphat Marinho — S/legenda

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 5 de 1962.

Dá nova redação ao art. 20 da Constituição.

(Determina a entrega aos Municípios de 30% da arrecadação dos Estados quando exceder as rendas municipais).

Eleita em 13-9-1962, salvo os Srs. Senadores:

Wilson Gonçalves

Leite Neto

Josaphat Marinho

Eurico Rezende

Miguel Couto (designado em 23 de abril de 1963).

Prorrogação:

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 789-62, aprovado em 12-12-1962.

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD
- Ruy Carneiro — PSD
- Lobão da Silveira — PSD
- Wilson Gonçalves — PSD
- Leite Neto — PSD
- Menezes Pimentel — PSD
- Vago — PTB
- Nogueira da Gama — PTB
- Barros Carvalho — PTB
- Milton Campos — UDN
- Heribaldo Campos — UDN
- Josaphat Marinho — UDN
- Daniel Krieger — UDN
- Eurico Rezende — UDN
- Mem de Sá — PL
- Miguel Couto — PSP

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 6, de 1962.

Altera a redação dos §§ 1º e 3º do art. 60 da Constituição Federal

(Aumenta para 4 o número de representantes dos Estados e do Distrito Federal no Senado).

Eleita em 13-9-1962, salvo os Srs. Senadores:

Josaphat Marinho

Wilson Gonçalves

Eurico Rezende

Julio Leite (designados em 23 de abril de 1963).

Prorrogação:

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 790-62 aprovado em 12-12-1962.

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD
- Ruy Carneiro — PSD
- Lobão da Silveira — PSD
- Wilson Gonçalves — PSD
- Benedito Valadares — PSD
- Menezes Pimentel — PSD
- Vago — PTB
- Nogueira da Gama — PTB
- Barros Carvalho — PTB
- Milton Campos — UDN
- Heribaldo Vieira — UDN
- Josaphat Marinho — UDN
- Daniel Krieger — UDN
- Eurico Rezende — UDN
- Mem de Sá — PL
- Julio Leite — PR

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7, de 1962.

Revoga a Emenda Constitucional nº 4, que instituiu o sistema parlamentar de governo e o art 61 da Constituição Federal, de 1º de setembro de 1946.

Eleita em 6.12.1963, salvo os Srs Senadores

Wilson Gonçalves

Eurico Resende

Amaury Silva e

Raul Gluberti (designados em 23 de abril de 1963).

Prorrogação:

Até 15.12.1963 — Requerimento nº 791-62, aprovado em 12.12.1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Pedro Ludovico — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Benedicto Valladares — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. Eurico Resende — UDN
13. Daniel Krieger — UDN
14. João Agripino — UDN
15. Men de Sá — PI
16. Raul Glubert — PSP

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 1, de 1963.

Altera a redação do inciso IX do art 157 da Constituição referente ao trabalho de menores e mulheres e ao trabalho em indústrias insalubres.

Designada em 23-4-1963.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Heribaldo Vieira — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Bezerra Neto — PTB
9. Vago — PTB
10. Silvestre Péricles — PTB
11. Arthur Virgílio — PTB
12. Eurico Rezende — UDN
13. Milton Campos — UDN
14. João Agripino — UDN
15. Josaphat Marinho — S legenda
16. Aloysio de Carvalho — PL

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 2, de 1963.

Altera os arts. 141, 146 e 147 da Constituição Federal (referente ao direito de propriedade).

Designada em 23-4-1963

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Leite Neto — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Bezerra Neto — PTB
9. Vago — PTB
10. Silvestre Péricles — PTB
11. Argemiro de Figueiredo — PTB
12. Eurico Rezende — UDN
13. Milton Campos — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Josaphat Marinho — S legenda
16. Aloysio de Carvalho — PL

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 3, de 1963.

Da nova redação aos artigos nºs 26 e 63 da Constituição Federal (administração do Distrito Federal e matéria da competência privativa do Senado).

Eleita em 2-5-1963

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Wilson Gonçalves — PSD
4. Menezes Pimentel — PSD
5. Leite Neto — PSD
6. Amaury Silva — PTB
7. Bezerra Neto — PTB
8. Vago — PTB
9. Eduardo Catalão — PTB
10. Vasconcelos Torres — PTB
11. Eurico Rezende — UDN
12. Milton Campos — UDN
13. Daniel Krieger — UDN
14. Aloysio de Carvalho — Pequenos Partidos
15. Josaphat Marinho — Pequenos Partidos

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 4, de 1963.

Da nova redação aos arts 44 e 45 da Constituição Federal para conceder imunidades aos vereadores.

Designada em 20-5-1963

Senadores — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Leite Neto — PSD
7. Amaury Silva — PTB

8. Bezerra Neto — PTB
9. Pinto Ferreira — PTB
10. Silvestre Péricles — PTB
11. Adalberto Sena — PTB
12. Eurico Rezende — UDN
13. Milton Campos — UDN
14. João Agripino — UDN
15. Aloysio de Carvalho — PL
16. Josaphat Marinho — S legenda

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 5, de 1963.

Da nova redação ao item II e ao § 4º do artigo 19 da Constituição referentes ao Imposto de Vendas e Consignações:

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Leite Neto — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Bezerra Neto — PTB
9. Vago — PTB
10. Humberto Neder — PTB
11. Argemiro de Figueiredo — PTB
12. Eurico Rezende — UDN
13. Milton Campos — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Aloysio de Carvalho — PL
16. Josaphat Marinho — Pequenos Partidos

Comissão Especial para efetuar o levantamento da produção mineral do país e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização.

(Criada em virtude da aprovação em 18-9-1963, sessão extraordinária do Requerimento nº 685-63, do Sr. Senador José Ermírio)

19 MEMBROS

1. Membros — Partidos
2. José Feliciano — PSD
3. Atilio Fontana — PSD
4. Eugênio Barros — PSD
5. José Ermírio (Relator) — PTB
6. Bezerra Neto — PTB
7. Melo Braga — PTB
8. Lopes da Costa — UDN
9. Milton Campos — Presidente — UDN
10. Júlio Leite Vice-Presidente — Pequenas Representações

Comissão Especial para o estudo dos efeitos da inflação e da política tributária e cambial sobre as empresas privadas.

(Criada em virtude da aprovação em 2-8-1963 do Requerimento nº 531-63, do Senador Gouveia Vieira)

16 MEMBROS

1. Membros — Partidos
2. Atilio Fontana (Presidente) — PSD
3. José Feliciano (Vice-Presidente) — PSD
4. José Ermírio (Relator) — PTB
5. Bezerra Neto — PTB
6. Melo Braga — PTB
7. Lopes da Costa — UDN
8. Milton Campos — Presidente — UDN
9. Júlio Leite — Vice-Presidente — Pequenas Representações

Adolpho Franco — UDN

Aurélio Viana — Pequenas Representações

Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar aquisição, pelo Governo Federal dos acervos de concessionárias de serviços públicos e sobre a importação de chapas de aço para a Companhia Siderúrgica Nacional

(6 MEMBROS)

(Criada pela Resolução nº 11-63)

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Leite Neto (Presidente) — PSL
3. Nelson Maculan — PTB
4. João Agripino (Relator) — UDN
5. Josaphat Marinho — Pequenas Representações

Comissão Especial para o estudo dos efeitos da inflação da política tributária e cambial sobre as empresas privadas

(Criada em virtude da aprovação em 2-8-1963, do Requerimento nº 531-63, do Sr. Senador Gouveia Vieira)

(5 MEMBROS)

1. Membros — Partidos
2. Atilio Fontana (Presidente) — PSD
3. José Feliciano (Vice-Presidente) — PSD
4. José Ermírio (Relator) — PTB
5. Adolpho Franco — UDN

Comissão Especial para efetuar o levantamento da produção mineral do país e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização

(Criada em virtude da aprovação em 18-9-1963, sessão extraordinária do Requerimento nº 531-63, do Sr. Senador José Ermírio)

(9 MEMBROS)

1. Membros — Partidos
2. José Feliciano — PSD
3. Atilio Fontana — PSD
4. Eugênio Barros — PSD
5. José Ermírio (Relator) — PTB
6. Bezerra Neto — PTB
7. Melo Braga — PTB
8. Lopes da Costa — UDN
9. Milton Campos — Presidente — UDN
10. Júlio Leite — Vice-Presidente — Pequenas Representações

Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar a aquisição, pelo Governo Federal, dos acervos de concessionárias de serviços públicos e sobre a importação de chapas de aço para a Companhia Siderúrgica Nacional

(Criada pela Resolução nº 11 de 1963).

15 MEMBROS

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Leite Neto (Presidente) — PSD.
Nelson Maculan (Vice-Presidente) — PTB.
João Agripino (Relator) — UDN.
Josaphat Marinho — Pequenas Representações.

Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar os fatos apontados da tribuna do Senado, na Sessão de 23 de corrente, e outros relacionados com irregularidades graves e corrupção no Departamento dos Correios e Telégrafos.

(Criada em virtude da aprovação em 7-11-1963, sessão extraordinária, da resolução nº 32 de 1963, apresentada pelo Senhor Senador Jefferson de Aguiar e outros Senhores Senadores).

(Criada pela Resolução nº 32, de 1963).

MEMBROS — PARTIDOS

Presidente: Wilson Gonçalves — PSD

Vice-Presidente: Leite Neto — PSD

Relator: Eurico Rezende — UDN

Jefferson de Aguiar — PSD

Atílio Fontana — PSD

Artur Virgílio — PTB

Bezerra Neto — PTB

Aurélio Vianna — PTB

Júlio Leite — PTB

Melo Braga — PTB
João Agripino — UDN
Daniel Krieger — UDN

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7, de 1963.

Altera o art. 138 da Constituição Federal (transferência para a reserva do militar da ativa que se candidatar a cargo eletivo). Projeto de iniciativa do Sr. Senador Aurélio Vianna.

Designação em 2-10-1963

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD

Ruy Carneiro — PSD

Wilson Gonçalves — PSD

Jose Feliciano — PSD

Walfredo Gurgel — PSD

Argemiro de Figueiredo — PTB

Bezerra Neto — PTB

Silvestre Péricles — PTB

Edmundo Levi — PTB

Eurico Rezende — UDN

Milton Campos — UDN

Aloysio de Carvalho — UDN

Afonso Arinos — UDN

Josaphat Marinho — Sem Legenda

Rau' Giuberti — Pequenas Representações.

Júlio Leite — Pequenas Representações.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7, de 1963.

Da nova redação ao § 4º do art. 182 da Constituição Federal (transferência para a reserva do militar da ativa que se candidatar a cargo eletivo). Projeto de iniciativa do Sr. Senador Aurélio Vianna.

Designação em 2-10-1963

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD

Ruy Carneiro — PSD

Wilson Gonçalves — PSD

José Feliciano — PSD

Walfredo Gurgel — PSD

Argemiro de Figueiredo — PTB

Bezerra Neto — PTB

Silvestre Péricles — PTB

Edmundo Levi — PTB

Eurico Rezende — UDN

Milton Campos — UDN

Aloysio de Carvalho — UDN

Afonso Arinos — UDN

Josaphat Marinho — Sem Legenda

Rau' Giuberti — Pequenas Representações.

Júlio Leite — Pequenas Representações.